

***Quid Hinieldus cum Christo:*
a obra de J.R.R. Tolkien como mediação entre
paganismo e cristianismo germânicos**

Reinaldo José Lopes

Mestrando em Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
USP

rlopes@folhasp.com.br

Resumo

A obra de ficção tolkieniana, englobando principalmente o *legendarium* da Terra-média, é um amálgama único das mitologias pagãs da Europa Ocidental e de uma cosmovisão essencialmente monoteísta e cristã. É concebível que a explicação para essa mistura inusitada provenha do profundo conhecimento que Tolkien tinha da tradição literária anglo-saxã, na qual, a exemplo do que aconteceu no cristianismo celta, houve uma recusa por parte de certas correntes a simplesmente condenar os heróis do passado germânico à condenação eterna, conforme a ortodoxia da Igreja, na maior parte das vezes, pregava. O presente trabalho propõe examinar em detalhe como essas influências conflitantes se fundiram na concepção da Terra-média e de sua teologia e escatologia.

Palavras-chave: Tolkien, Paganismo, Cristianismo

Abstract

Tolkien's fictional works, comprising mainly Middle-earth's *legendarium*, are a unique blend of Western Europe's pagan mythologies and a *Weltanschauung* that is essentially monotheistic and Christian. It is conceivable that the reason for such an unusual mix derives from Tolkien's profound knowledge of the Anglo-Saxon literary tradition, in which, as in Celtic Christendom, there was a reluctance to simply condemn the heroes of Germanic past to eternal damnation, following what Catholic orthodoxy tended to preach. This paper looks at those conflicting influences in detail, in order to understand how they fused in Middle-earth's inception and its theology and eschatology.

Keywords: Tolkien, Paganism, Christianity

Numa carta que se tornou um dos documentos mais citados da Alta Idade Média Inglesa, o monge e erudito anglo-saxão Alcuíno¹, então diácono de York, escreveu irritado ao abade de Lindisfarne, um dos mosteiros mais famosos da Grã-Bretanha. “*Quid Hinieldus cum Christo?*”, vociferava o monge na missiva, datada do ano 797: “Que tem Ingeld a ver com Cristo? O Rei do Céu não deseja ter confraternização nenhuma com esses pagãos perdidos chamados de reis; pois o Rei eterno é soberano no Céu, enquanto o pagão perdido geme no Inferno”. Tudo indica que a invectiva de Alcuíno se deveu à popularidade (para ele suspeitíssima) que a poesia secular de matriz heróica e tradicional tinha mesmo entre os religiosos dos Sete Reinos dos Ingleses de então. Hoje Ingeld não passa de um personagem menor do poema *Beowulf* e de outras relíquias da tradição poética germânica, mas não é exagero imaginar que, na época, ele fosse a estrela-solo de muitas lais, a julgar pela fama que seu nome alcançava da Islândia à Alemanha.

Para a Igreja medieval (em especial a inspirada diretamente pela ação missionária de Roma) não há lugar-comum maior que a opinião de Alcuíno: era o óbvio ululante que os ancestrais pagãos dos ingleses cristianizados, por mais célebres, heróicos ou virtuosos que tivessem sido, eram hóspedes do Inferno: não conheceram Cristo, não passaram pela experiência purificadora do batismo, veneravam falsos deuses – demônios, aliás. Para que se preocupar com essa gente?

No entanto, o mero fato de que Alcuíno tenha se sentido no direito de puxar a orelha do abade mais prestigioso da Inglaterra sugere que sua opinião não era consenso entre os anglo-saxões – muito pelo contrário. Durante todo o período que vai das primeiras missões irlandesas e romanas à Bretanha conquistada (fim do século VI) até 1066 e a invasão normanda, há evidências, tanto literárias quanto de cultura material, que apontam uma presença e uma valorização contínua do passado pagão entre os ingleses convertidos. A prova mais clara disso já foi citada por nome dois parágrafos acima: é o excepcional texto do *Beowulf*, meio épico e meio elegia, que reúne em forma poética um grande conjunto de referências aos heróis e figuras mitológicas da tradição germânica, de Sigurd dos Völsungs (chamado de *Waelsing* pelo autor anônimo do texto) a Hengest, um dos líderes da invasão da Bretanha. No entanto, a obra é claramente fruto do trabalho de um autor cristão², que dedica grande respeito e admiração aos seus ancestrais não-batizados.

Não é exagero afirmar que John Ronald Reuel Tolkien³ (1892-1973), filólogo da Universidade de Oxford e autor das obras de literatura de fantasia mais bem-sucedidas do último século, dedicou mais tempo de sua vida profissional ao *Beowulf* do que a qualquer obra do período anglo-saxão, que era sua especialidade.⁴ O ensaio-conferência *Beowulf: The Monsters and the Critics*, de 1936, é considerado até hoje o texto seminal da moderna crítica sobre o poema. A hipótese de trabalho deste texto é que, como quase sempre, as fronteiras entre filologia, crítica literária e criação se tornaram permeáveis para Tolkien. A maneira como os anglo-saxões encaravam seus ancestrais pagãos teria se tornado a matriz para que o romancista – um autor fundamentalmente cristão e católico, como gostava de frisar em sua correspondência – criasse de forma coerente com sua fé um cosmos que ainda não é (e nem poderia ser) cristão, mas que escapa da condenação fria feita por Alcuíno às lais tão apreciadas pelos monges de Lindisfarne. Em essência, creio que Tolkien decidiu responder, afinal, o que Ingeld tinha a ver com Cristo.

Ponto de fusão

Para começar, é útil entender exatamente como o *Beowulf* lida com essa questão complicada. O poema narra principalmente (mas não exclusivamente) as aventuras do príncipe de mesmo nome, herói da tribo dos *geats*, no sul da Suécia de hoje. Em busca de glória, Beowulf chega a Heorot, o salão do hidromel pertencente ao rei dinamarquês Hrothgar. Heorot é assolada por um monstro antropomórfico de nome Grendel. O herói derrota tanto a criatura quanto sua mãe, que tenta vingá-lo, e retorna em triunfo para seu reino natal, que herda de seu tio. Um hiato de décadas separa essa volta para casa da última aventura de Beowulf, agora um rei idoso: enfrentar um dragão que assola o reino dos *geats*, que é derrotado com a ajuda de um jovem parente do soberano, Wiglaf – e por meio do sacrifício de Beowulf, que morre em decorrência dos ferimentos causados pelo fogo da serpente.

Para Tolkien, um dos elementos mais interessantes da trama é que ela parece ter sido criada por alguém que viveu um “ponto de fusão imaginativo” entre o pensamento cristão e o pagão. Os personagens do épico, que teriam vivido na Escandinávia do século IV d.C., são inegavelmente pagãos: o nome de Cristo não é mencionado uma única vez. O curioso, porém, é que quase todos os traços distintivos do paganismo germânico também foram extirpados: não há sinais de sacrifício sangrento, nem menção ao panteão (que conceberiam deveria ser muito próximo do escandinavo), embora o funeral em barcos ou a construção de um *barrow* repleto de bens funerários para Beowulf desempenhem um papel proeminente. A coisa não pára aí: na maior parte das vezes, as intervenções do poeta mencionam a intervenção divina e sua providência, como na força sobre-humana do herói, que para o autor é um dom direto de Deus para benefício dos homens.

A figura do rei dinamarquês Hrothgar, sobretudo, mostra até onde essa visão foi. Seu menestrel canta sobre a criação do Universo nos moldes do Gênesis, e o próprio soberano é retratado como um monoteísta: “*He turned naturally when delineating the great King of Heorot to the Old Testament. In the ‘folces hyrde’⁵ of the Danes we have much of the shepherd patriarchs and kings of Israel, servants of the one God, who attribute to His mercy all the good things that come to them in this life*” (Tolkien, 1936: 27). De fato, o autor parece crer que a adoração de falsos deuses entre seus ancestrais acontecia apenas, como em Israel, em épocas de perda de fé e apostasia, embora o “bom” pagão fosse capaz de perceber por si só a existência do único e verdadeiro Deus.

Quando nos voltamos para os “vilões” do épico, essa fusão assume traços ainda mais interessantes. Com efeito, Grendel é classificado como descendente do Caim bíblico – tal como os *ylfe* e os *eotenas*, os elfos e gigantes tão comuns na tradição escandinava. Além disso, o vocabulário aplicado para designar o monstro incorpora muitos dos elementos que são usados para designar o demônio – associações que incorporam “pecado”, “inimigo” (é sempre bom lembrar que esse é o sentido etimológico da palavra “Satanás”), “inferno”. No entanto, ao contrário do que esperar-se-ia de um espírito maligno, Grendel retém uma materialidade assustadora; ele é feito de carne e osso, e além de corpo tem uma alma, que (considera o poeta) será punida no Inferno depois de sua morte. O que estará acontecendo?

Em seu ensaio, Tolkien arrisca uma explicação muito engenhosa. Para ele, mais uma vez uma fusão imaginativa está em ação. A mitologia escandinava (e, espera-se, também a anglo-saxã) gira, em grande parte, em torno da aliança de homens valorosos e deuses contra os gigantes e outras forças do Caos. No fim das contas, no Ragnarök, são os poderes caóticos que vencem – resultado exatamente oposto ao equivalente cristão, a batalha do Armageddon. Para Tolkien, o fato de que não havia verdadeira esperança de

vencer essa guerra está na raiz da chamada “teoria da coragem” da antiga literatura germânica. Nesse universo mental, mesmo a derrota final não tornava a coragem de lutar menos válida – pelo contrário, enobrecia-a ao máximo.

O que a imaginação anglo-saxã fez foi fundir os elementos desses confrontos míticos, de maneira que os generais do lado bom – os deuses – tiveram seu papel assumido por Deus, e a guerra contra os gigantes e outros monstros tornou-se também a guerra contra o Inimigo do homem e de Cristo. Perdidos num passado remoto e pagão, Beowulf e seus companheiros não tinham como conhecer a verdadeira natureza do combate. Mas o fato de que, mesmo sem a esperança da salvação cristã, lutaram para fazer o que é certo os torna, em certa medida, mais heróicos e mais trágicos – e, de fato, seria injusto que eles fossem condenados pela mera ignorância. É a essa conclusão que o poeta parece chegar, embora nunca a explicita.

Além dos círculos do mundo

Quando nos voltamos para a maneira como Tolkien estruturou sua Terra-média ficcional, torna-se claro como tais conceitos o influenciaram. De fato, a luta dos hobbits Frodo e Sam para destruir o Um Anel de Sauron, bem como as do rei-guerreiro Aragorn para auxiliá-los, se desenrolam nas profundezas do tempo pseudohistórico, numa pré-história mítica da Europa que está imensamente distante da Revelação cristã, ou mesmo da mosaica. (Vale lembrar, para os que talvez estranhem essa afirmação, que Tolkien via seu universo ficcional como a nossa própria Terra, e especificamente o Velho Mundo, num passado mitológico. O próprio nome *Middle-earth*, diretamente derivado do anglo-saxão *Middan-geard* e aparentado ao *Midgard* escandinavo, deixa isso claro. A figura que se deve ter em mente diante da expressão é a de um Velho Mundo antes da descoberta da América, um único grande continente circundado por todos os lados pelo Oceano – e, portanto, uma “terra do meio”.) Segundo o escritor, a escala de tempo que separa os acontecimentos do fim da Terceira Era da Terra-média da humanidade moderna ficaria em torno de 7.000 anos. Nas palavras do também filólogo Tom Shippey, trata-se de “*a story of virtuous pagans in the darkest of pagan pasts*” (Shippey, 1982: 180).

Contudo, Tolkien vê esses personagens – em especial as sociedades humanas aristocráticas e virtuosas dos homens de Gondor e dos Rohirrim, bem como os elfos – como “monoteístas puros”. A existência de um Deus único – Eru Ilúvatar, o “Único Pai de Todos”, no idioma alto-élfico desenvolvido por Tolkien – era um dado da boa filosofia numenoreana⁶, escreve o autor em suas cartas. Como a própria expressão tolkieniana sugere, há pouquíssimos aspectos realmente religiosos nessa certeza filosófica. Ao longo de toda a narrativa de *O Senhor dos Anéis*, não há menção a nenhum ritual religioso – o mais perto que se chega disso é uma espécie de ação de graças antes da refeição, praticada pelo nobre gondoriano Faramir. Por um lado, essa é uma maneira de evitar o paganismo explícito: afinal, seguindo o raciocínio do poeta do *Beowulf*, templos e sacrifícios, se praticados por povos antes da revelação divina verdadeira, só poderiam estar se referindo a falsos deuses. De fato, Tolkien afirma que um dos principais motivos da resistência ferrenha a Sauron, o Senhor do Escuro que quer dominar a Terra-média na trama, vem do fato de que ele exigia a adoração e as honras de um deus – e os chamados Povos Livres da Terra-média sabiam que isso seria uma atitude blasfema e inadmissível.

Mesmo assim, a divindade criadora do universo tolkieniano ainda é um personagem “remoto” em relação aos seres humanos, elfos, anões e hobbits. Em princípio, Ilúvatar delega o governo da Terra aos Valar⁷, os “Poderes do Mundo” – criaturas angélicas que, superficialmente, lembram os deuses das mitologias pagãs. É importante lembrar, no entanto, que os Valar nunca são adorados, embora seu nome possa ser invocado em momentos de desespero ou necessidade. Ouso dizer que essa talvez seja uma das especificidades não apenas cristãs, mas também católicas, da cosmovisão de Tolkien. Afinal, a teologia católica admite sem grandes problemas a presença de um sem-fim de “intercessores” intermediários entre o homem e Deus, da altíssima posição ocupada pela Virgem Maria aos santos e beatos, mas insiste na diferença fundamental que existe entre a veneração devida a esses personagens e a adoração, que só cabe ser dada a Deus. Além do mais, os próprios Valar são os responsáveis por propagar os únicos registros de verdadeiro culto religioso do universo de Tolkien. Quando grande parte dos elfos vão habitar em Valinor, a terra que é a morada dos Poderes do Mundo, os Valar os ensinam a realizar festivais de ação de graças e adoração a Eru Ilúvatar comemorando a colheita e outros grandes eventos naturais. Mais tarde, quando parte dos humanos ganham a ilha de Númenor como recompensa por sua fidelidade na luta contra as forças das trevas, os Valar novamente os instruem a adorar Ilúvatar em épocas prescritas do ano, subindo uma montanha sagrada – o Meneltarma, no centro da ilha. A construção de um templo, no entanto, não acontece. De novo, a conexão monoteísta, com ecos inclusive do Antigo Testamento, está clara: a montanha sagrada evoca o Sinai, e a falta de um templo físico relembra as primeiras advertências feitas por Deus aos reis de Israel, segundo as quais Ele não habitaria num lugar construído por mãos humanas.

Por outro lado, a incerteza quanto a uma salvação possível está tão presente entre os povos da Terra-média quanto entre os pagãos germânicos. Em especial, a mortalidade inevitável dos homens é considerada o “presente de Eru”, mas sabe-se apenas que ao morrer os humanos partem “para além dos círculos do mundo” – sem jamais ter certeza o que os espera do outro lado. (O destino de elfos e anões é bastante distinto: seus espíritos são abrigados por algum tempo nos Salões de Mandos, o Vala que desempenha papel semelhante ao Hades grego como guardião dos mortos. Mais tarde, eles podem reencarnar num corpo muito semelhante ao que ocuparam em sua primeira vida.)

Além do mais, a maior parte da história da Terra-média – contada de forma bastante resumida em *O Silmarillion*, obra cuja narrativa precede cronologicamente *O Senhor dos Anéis* – é, para todos os efeitos, uma derrota atrás da outra. Morgoth, o Vala renegado que equivale a Lúcifer, assim como seu servo Sauron, parecem ser muito mais bem-sucedidos em termos “temporais” que os elfos e humanos fiéis a Eru e aos Valar. Durante muito tempo eles são, literalmente, os “príncipes deste mundo”, como a Bíblia classifica o demônio – governando vastíssimas extensões da Terra-média e comandando um exército interminável de servos, entre os quais se incluem muitos humanos. O mal que eles semeiam acaba impregnado ao próprio tecido do Universo, e há sugestões de que eles provocaram uma espécie de queda dos homens, tal como no Gênesis, embora nunca fique explícito exatamente como isso aconteceu. *O Senhor dos Anéis* termina em triunfo contra tais forças, é verdade, mas Tolkien deixa claro que esse fato é passageiro. Em um dos textos menos conhecidos e mais belos do autor, o *Athrabeth Finrod ah Andreth*, ou “Diálogo de Finrod e Andreth” (envolvendo o rei élfico Finrod e a filósofa humana Andreth), publicado postumamente, há uma antevisão de como a vinda de Cristo seria capaz de, finalmente, curar o mal trazido à Criação por Morgoth e Sauron,

mas os personagens não são capazes de ver essa possibilidade como mais que uma profecia esperançosa, extremamente distante deles no tempo e no espaço e que não consegue lhes trazer consolo verdadeiro.

Parece razoável supor, portanto, que Tolkien adotou uma solução semelhante à de seus predecessores anglo-saxões, que tanto admirava, para conciliar duas visões de mundo igualmente nobres e belas, embora, na sua opinião, não houvesse debate sobre qual era a verdadeira: a cristã. Talvez daí derive o apelo de sua obra tanto para crentes quanto para não-crentes, dessa capacidade de fazer conviver mito e teologia, desespero e esperança.

Bibliografia

- Beowulf: a new verse translation by Seamus Heaney (bilingual edition)*. Nova York: W.W. Norton & Company, 2001.
- CARDOSO, Ciro Flammarion. *O paganismo anglo-saxão: Uma Síntese Crítica*. Brathair 4 (1), 2004, www.brathair.cjb.net
- CARPENTER, Humphrey. *J.R.R. Tolkien: Uma Biografia*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. *The Inklings: C.S. Lewis, J.R.R. Tolkien, Charles Williams and their friends*. Londres: Harper Collins, 1997.
- CARPENTER, Humphrey (org.). *The Letters of J.R.R. Tolkien*. Londres: Harper Collins, 1995.
- GODDEN, Malcolm e LAPIDGE, Michael. *The Cambridge Companion to Old English Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- RAMALHO, Erick. *A figuração do tempo em Beowulf. Do original à tradução*. Brathair vol. 4, n. 2, 2004, www.brathair.cjb.net
- SHIPPEY, Tom. *J.R.R. Tolkien – Author of the Century*. Londres: Harper Collins, 2000.
- _____. *The Road to Middle-earth*. Londres: Harper Collins, 1992.
- TOLKIEN, J.R.R. *The Lord of the Rings*. Londres: Harper Collins, 1995.
- _____. *The Monsters & the Critics and Other Essays*. Londres: Harper Collins, 1997.
- _____. *The Silmarillion*. Londres: Harper Collins, 1994.

Notas

¹ Alcuíno tornar-se-ia, anos depois, a principal figura da chamada Renascença Carolíngia, incentivada pela corte do imperador franco Carlos Magno.

² Em que data tal artista compôs o texto ainda é motivo de discussão feroz entre os estudiosos da literatura anglo-saxã. Até algumas décadas atrás, a corrente predominante defendia que o poema foi escrito na era do Venerável Beda (fins do século VIII, portanto), mas cresce hoje o número dos que acreditam numa composição relativamente tardia, no século X.

³ Ou J.R.R. Tolkien, como passo a chamá-lo a partir daqui.

⁴ Ao lado de certos textos em médio inglês das Midlands Ocidentais, como *Sir Gawain and the Green Knight*.

⁵ “Pastor do povo” em anglo-saxão.

⁶ Ou seja, da ilha de Númenor, a Atlântida de Tolkien, de onde vieram os humanos dos reinos de Gondor e Arnor, ancestrais de Aragorn.

⁷ O singular é Vala.